





continuação

16. Receita Líquida de Vendas:		Consolidado		
		2023	2022	
Receita de serviços prestados		113.066	96.683	
(-) Impostos sobre os serviços		(4.127)	(3.536)	
(-) Descontos concedidos		(6)	-	
Total		108.933	93.147	
17. Custos dos Serviços Prestados:		Consolidado		
		2023	2022	
Mão de obra direta		(15.856)	(13.769)	
Depreciação e Amortização		(12.574)	(10.054)	
Materiais e Serviços para a operação		(19.028)	(6.688)	
Insumo e Produtos químicos		(3.684)	(3.905)	
Outros custos		(2.414)	(2.295)	
Total		(42.736)	(36.711)	
18. Despesas por Natureza:		Consolidado		
	Controladora	2023	2022	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	(39)	(17)	(6.346)	(4.747)
Depreciação e amortização	(42)	(151)	(2.473)	(2.354)
Comerciais	(277)	(366)	(1.144)	(1.349)
Serviços prestados por terceiros	(17)	(36)	(654)	(414)
Taxas e contribuições	(126)	(214)	(366)	(318)
Energia elétrica, Água, Telefone e Internet	(445)	(284)	(2.247)	(2.055)
Honorários advocatícios	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
Outros	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Gerais e administrativas	(42)	(151)	(6.346)	(4.747)
Com pessoal	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
Comercial	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Total	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
19. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais:		Consolidado		
	Controladora	2023	2022	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas operacionais	-	-	460	371
Venda de imobilizado	-	-	-	5.895
Indenização por rescisão de contrato (i)	-	-	16	-
Outros	-	-	476	6.266
Outras despesas operacionais	(440)	-	(1.389)	(5.693)
Caixa de imobilizado	19	-	(79)	242
Ganho (Perdas e prejuízos)	(421)	-	(1.482)	(5.451)
Outros (outras despesas)	(421)	-	(1.482)	(5.451)
Total	(421)	27	(1.006)	815

(i) Ao decorrer do exercício de 2021 um cliente com contrato relevante junto a controlada GWEIR comunicou a descontinuação de suas atividades industriais no Brasil, situação que resultou em rescisão contratual antecipada no valor de R\$5.693 (cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil) ocorrida efetivamente no mês de janeiro de 2022 e a caixa de imobilizado não recuperável referente ao contrato no valor de R\$5.693 (cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil).

(i) Ao decorrer do exercício de 2021 um cliente com contrato relevante junto a controlada GWRB comunicou a descontinuidade de suas atividades industriais no Brasil, situação que resultou em rescisão contratual antecipada no valor de R\$5.895 (cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil) ocorrida efetivamente no mês de janeiro de 2022 e a baixa de imobilizado não recuperável referente ao contrato no valor de R\$5.693 (cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil).

<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas</b>				
<b>20. Resultado Financeiro Líquido:</b>				
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Aplicação financeira	215	519	2.647	3.354
Multa e juros	-	-	74	95
Variação Cambial	-	-	2	-
Descontos obtidos	215	519	2.751	3.451
Total de receitas financeiras	(2)	(12)	(27)	(23)
Tarifas bancárias	-	-	(143)	(357)
Juros	(7)	(143)	(116)	(223)
IOF	(19)	(145)	(500)	(768)
Total de despesas financeiras	206	374	2.257	2.683
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-
<b>21. Tributos sobre Lucro:</b>				
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	109.597	94.749
Recebimento de clientes	-	-	35.071	30.320
Lucro Presumido (32%)	182	530	3.955	3.024
Receita financeira	-	-	-	324
Outros resultados	182	557	39.026	33.668
Lucro tributável	(29)	(118)	(9.644)	(8.313)
IRPJ (25%)	(16)	(50)	(3.512)	(3.036)
CSLL (9%)	(46)	(168)	(13.157)	(11.349)
IRPJ e CSLL (Correntes)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	3.463	2.054
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	1.108	657
Lucro Presumido (32%)	-	-	(788)	447
Receita financeira - diferença caixa x competência	34	(11)	-	-
Lucro tributável	34	(11)	-	-
IRPJ (25%)	(3)	(3)	(79)	(27)
CSLL (9%)	(3)	(3)	(23)	(99)
IRPJ e CSLL (Diferidos)	(6)	4	(102)	(376)
<b>22. Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais:</b> As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, ascertados das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:				
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Custo amortizado	4	1.842	220	11.617
Ativos financeiros	4	804	2.337	6.401
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	14.872
Aplicação financeira	-	-	-	13.033
Contas a receber	-	-	-	36.632
Outro amortizado	8	79	184	2.452
Passivo financeiro	9	-	-	4.646
Fornecedores	-	-	-	5.400
Arendamento mercantil	-	-	-	7.952
Total	-	-	-	-

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relativos à auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar-

b) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. c) **Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. d) **Risco de crédito:** A Sociedade e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas por conta de receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

		Consolidado	
		2023	2022
Contas a receber		16.427	13.033
Ativos		16.427	13.033
Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. e) <b>Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é aquele em que a Sociedade e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. f) <b>Risco de Mercado:</b> A Sociedade está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros. g) <b>Risco de exposição às variações cambiais:</b> A Sociedade não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.			
23. <b>Cobertura de Seguros:</b> A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas em caso de sinistro. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. A especificação por modalidade de risco e a importância, de acordo com a apólice de seguro contratada pela sociedade, está demonstrada a seguir:			

**24. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela diretoria em 8 de março de 2024.

<b>Administração</b>	
<b>Fernando de Barros Pereira</b>	
Diretor Presidente	
<b>Matheus André Facchetti Mazzi</b>	
Diretor Financeiro	
<b>Rafael Zamperlin Agostinho</b>	
Contador - 1SP323815/O-0	

nosso opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2024.  
Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8  
José Ricardo Farah Gomez - Contador - CRC nº 1 SP 218398/O-1

**Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.**  
CNPJ/MF nº 41.813.223/0001-55 - NIRE 35.300.567.811


**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2024**

**1. Data, Hora e Local.** Realizada em 05 (cinco) de março de 2024, às 13h00min, na sede social da **Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, Sala 41, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Dispensada a publicação de decisão de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1916, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista representante da totalidade do capital da Companhia, conforme a ata constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa.** Assumiu a presidência o secretário da mesa da assembleia o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o aumento de capital social da Companhia; (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, a acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Aprovar o aumento de capital social na Companhia em R\$ 123.452.339,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais), mediante a emissão de 123.452.339 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil, trezentas e trinta e nove) novas ações, ao preço de emissão no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado de acordo com o disposto no inciso II do §1º, do Artigo 170, da LSA, de forma que o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 45.727.310,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e dez reais) para R\$ 169.179.649,00 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais). **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parâ, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.941.188/0001-90 ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.531.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como **Anexo 1.5** ("Forma" do aumento de capital aprovado acima, a acionista resolve aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**ARTIGO 5º** O capital social e de R\$ 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional." **5.4.** Em virtude da deliberação acima, a Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a ser redigido conforme Anexo II a esta ata. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, o qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Daballo e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Declaro que a presente é cópia fiel extrato original. São Paulo, 05 de março de 2024. Mesa: **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 103.247/24-5 em 13/03/2024. Maria Cristina Feil - Secretária Geral. **Anexo II: Estatuto Social: Capítulo I: Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º** Sob denominação de **Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A.** ("Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 41, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Monte Verde II, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Capítulo II: Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social é de R\$ 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **Capítulo III: Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários convertíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; (x) Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. **Artigo 9º** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Acordo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 20 (vinte) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocações, com 5 (cinco) dias de antecedência

<b>Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.</b> CNPJ/MF nº 11.694.618/0001-15				
<b>Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>Relatório da Administração:</b> Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A receita líquida de vendas foi de R\$ 20.133 milhões de reais em 2023 e de R\$ 22.129 milhões de reais em 2022. A Companhia aprovou um lucro líquido de R\$ 1.570 milhões de reais em 2023, comparado a um lucro líquido de R\$ 6.082 milhões de reais no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido era R\$ 50.968 milhões de reais. Por fim, a Companhia quer registrar os seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. A ADMINISTRAÇÃO				
	<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	28.761	10.780	Fornecedores	2.211
Contas a receber	1.061	3.193	Partes relacionadas	893
Estoques	598	598	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	370
Tributos a recuperar	2.097	2.056	Provisão de ressarcimento	1.159
Partes relacionadas	502	795	Passivo de arrendamento	82
Despesas antecipadas	287	40	Total do passivo circulante	53.326
Outras contas a receber	22	5.304	Não circulante	52.279
Total do ativo circulante	33.428	22.763	Provisão de ressarcimento	11.433
Não circulante			Provisão para contingência	97
Realizável a longo prazo	5.778	5.223	Provisão para desmobilização	1.405
Partes relacionadas	417	225	Passivo de arrendamento	1.192
Tributos a recuperar	143	130	Total do passivo não circulante	1.192
Depósitos judiciais	1.881	1.616	Patrimônio líquido	1.192
Tributos diferidos	8.219	7.194	Capital social	56.385
Ativo de direito de uso	139	299	Prejuízos acumulados	(6.987)
Imobilizado	75.469	78.995	Total do patrimônio líquido	50.968
Intangível	83.827	86.491	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>117.255</b>
Total do ativo não circulante	177.255	109.254		
Total do ativo				

Diretor: Daniel Pastro

Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP217178/O-8

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Comunicamos aos interessados que se encontram abertas nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionadas:

**Modalidade:** Pregão Eletrônico Nº 90001/2024

**Objeto:** Contratação de empresa terceirizada para a prestação de serviços de apoio operacional

**Tipo:** Menor Preço

**Início da Sessão Pública:** dia 09/04/2024, às 09h

**Plataforma ComprasNET:**